



Produção do MST-PR. Foto: Wellington Lenon

Introdução

A crise ambiental tem nome e sobrenome: sistema capitalista

De um lado, secas severas a ponto de vermos a abundante água do rio Rio Negro, em plena Amazônia, praticamente secar por dois anos consecutivos, entre 2023 e 2024. Do outro, uma enxurrada de água atingiu mais de 90% do estado do Rio Grande do Sul, deixando boa parte de seu território submerso.

Cenas como essas têm sido cada vez mais comum nos noticiários mundo afora. Eventos extremos, que tinham como característica sua excepcionalidade, têm se tornado ordinários. Fato é que a catástrofe climática deixou de ser uma promessa futura e já prenuncia para que veio. Diante de uma crise apenas inicial mas de enormes proporções, é fundamental que a humanidade debata suas causas, entenda suas consequências e proponha soluções para que possamos salvar a Terra e a humanidade.

Neste contexto, ocorreu em Belém, no Estado do Pará, a COP30, entre os dias 10 e 14 de novembro de 2025, no qual se reuniram líderes de diversas nações e grupos empresariais para debater saídas, dentro dos marcos do capitalismo, para o dilema ambiental que vivemos atualmente. Ao mesmo tempo, movimentos populares organizaram a Cúpula dos Povos para trazer a perspectiva crítica e popular sobre a crise ambiental, fruto do modo de produção do capital.

Esta edição da *Revista Estudos do Sul Global (Resg)* traz reflexões sobre o atual momento histórico em torno das mudanças do capitalismo global no século XXI, com o foco em compreender as relações entre a *Crise ambiental e a geopolítica*.

Dos debates propostos pelos textos aqui presentes, podemos tirar algumas conclusões: a atual crise ambiental, apesar de ser um problema que aflixe toda

a humanidade, é fruto da ação das classes dominantes dos países do centro do imperialismo e também do Sul Global, que buscam incessantemente o lucro acima de tudo; as soluções não virão, evidentemente, das propostas apresentadas pelos verdadeiros responsáveis pela crise, como créditos de carbono, REED+, “florestas” de eucaliptos, supostas “sustentabilidades” ou qualquer tipo de “transição” que não altere a essência do modelo produtivo; toda e qualquer saída a este dilema terá que vir, essencialmente, das classes trabalhadoras organizadas; é preciso pensarmos um outro modelo de sociedade, baseado na solidariedade, na igualdade e no respeito à biodiversidade e a um convívio harmonioso com a natureza.

Nesse sentido, o primeiro artigo da autora Natália Lobo analisa criticamente as disputas em torno da COP30, desvelando as contradições das soluções propostas pelos governos do Norte Global e as corporações transnacionais, ao mesmo tempo em que apresenta as alternativas dos movimentos populares.

Já o texto de José Seoane debate a crise climática como resultado do fracasso do ecocapitalismo, ao mostrar que mesmo com décadas de alertas e acordos internacionais, como o Protocolo de Kyoto, as emissões de gases do efeito estufa continuam crescendo.

Andrei Cornetta, por sua vez, levanta questionamentos em torno das relações entre clima, economia e política, especialmente no que se refere às medidas que vêm sendo tomadas frente à crise climática. O autor questiona de que maneira instrumentos econômicos, a exemplo dos ativos ambientais, são apresentados como mecanismos de enfrentamento às mudanças do clima, enquanto propostas populares recebem atenção secundária.

Guillermo Barreto discute a crise planetária como resultado direto do modelo capitalista e analisa a evolução das políticas ambientais desde o Decreto de Chuquisaca (1825) até as conferências da ONU sobre clima, ressaltando o domínio do Norte Global nas decisões e a ineficácia das COPs em frear a degradação ambiental.

Michael Löwy alerta para a iminente catástrofe ecológica provocada pela lógica destrutiva do capitalismo, e propõe o ecossocialismo como alternativa radical que substitui o atual modo de produção, mas que só será possível com luta e mobilização social.

Por fim, Xiong Jie (熊节) e Tings Chak (翟庭君) relatam a restauração ecológica do Lago Erhai, no sudoeste da China, como exemplo de uma governança socialista baseada na ciência. Após décadas de poluição causada por agricultura intensiva, pecuária e turismo, o governo chinês implementou políticas de proteção ambiental aliadas à erradicação da pobreza. Com a colaboração de cientistas, comunidades locais e políticas públicas, medidas como a proibição do cultivo poluente, o tratamento de resíduos e o controle do turismo, foi possível restaurar a qualidade da água e a biodiversidade do lago.

Esperamos que esta edição da Resg possa, de alguma maneira, contribuir nas reflexões coletivas sobre a crise ambiental e ajude a elucidar a criatividade humana na busca por alternativas capazes de salvar a humanidade e o Planeta Terra da destruição.

Boa leitura.



